



O SUPERVISOR ESCOLAR E SUAS FUNÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

THE SCHOOL SUPERVISOR AND ITS FUNCTIONS IN THE SCHOOL CONTEXT

Tássio Ricardo de Oliveira Carlos¹

RESUMO

Aborda-se neste artigo o papel do supervisor escolar no trabalho junto ao sistema de educação, resgatando a função do supervisor ao longo da história. Procura-se apontar as habilidades para as quais os supervisores devem estar preparados para enfrentar o seu dia a dia. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico, utilizando-se os descritores: supervisor escolar e atribuições do supervisor escolar. Objetivou-se ainda promover uma reflexão em torno do quanto é importante, não só para o supervisor, mas para todo o corpo docente, os momentos de estudos e reflexões teóricas sobre o que se faz em educação básica. Observou-se que a prática da supervisão se pauta por ações que prezam pela organização e pela racionalidade, apresentando-se como desafio a constituição de um lugar para o supervisor como agente mobilizador de mudanças e de transformação no trabalho coletivo da escola.

Palavras-chave: Competências pedagógicas. Prática docente. Supervisor escolar

ABSTRACT

This article discusses the role of the school supervisor at work with the education system, rescuing the role of the supervisor throughout history. It seeks to point out the skills that supervisors must be prepared to face in their daily lives. Therefore, a bibliographical survey was carried out, using the descriptors: school supervisor and attributions of the school supervisor. The objective was also to promote a reflection on how important it is, not only for the supervisor, but for the entire faculty, the moments of studies and theoretical reflections on what is done in basic education. It was observed that the practice of supervision is guided by actions that value organization and rationality, with the challenge of establishing a place for the supervisor as a mobilizing agent for change and transformation in the collective work of the school.

Keywords: Pedagogical skills. Teaching practice. school supervisor

¹ Pós-Graduação em Metodologia do Ensino de História e Geografia. tassio_ricardo@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Pretende-se com este artigo abordar o papel do supervisor escolar no contexto da escola, apresentar um breve histórico da função do supervisor ao longo da história da educação. Argumentar que não cabe ao supervisor a mera tarefa de ensinar aos professores a fórmula correta de dar aulas, ou de controlar tudo que é realizado no interior da escola; procurar demonstrar as habilidades para as quais os professores e também os supervisores devem estar preparados. Tendo em vista que desempenhar o trabalho em supervisão escolar requer, a cada dia, que se obtenham algumas habilidades essenciais. Sendo que para a construção dessas habilidades é necessária à prática da supervisão escolar, e esta não surge de forma inesperada, mas surge através de um processo que envolve a ação, reflexão e ação. Também se pretende promover uma reflexão de quanto é importante não só para o supervisor, mas para todo o corpo docente, momentos de estudos e reflexões teóricas sobre os discursos pedagógicos nas práticas escolares.

O objeto geral da pesquisa é estudar e analisar como surgiu com o passar do tempo o Supervisor escolar e também se pretende com isto aprofundar-se em qual é o papel do Supervisor escolar no ambiente escolar, a fim de construir conhecimento a cerca deste campo profissional. Como objetivos específicos buscam-se: conhecer a história de como surgiu, com o passar do tempo, o profissional de Supervisão escolar; identificar quais são as obrigações do Supervisor escolar dentro da escola; analisar a atuação supervisora no atual contexto brasileiro, como agente de construção e transformação de suas próprias identidades; e construir possibilidades teóricas e práticas necessárias à sua atuação. A metodologia que orientou a construção deste estudo segue a perspectiva da revisão de literatura.

Assim, como aporte teórico e metodológico, temos uma pesquisa de cunho exploratória e bibliográfica. A primeira, por se tratar de um tema que será explorado durante a pesquisa; o segundo, por se tratar de um trabalho embasado em autores e trabalhos da área de estudo, sendo que estes serviram de subsídio para o resultado final e respectivo embasamento.



SUPERVISÃO ESCOLAR: COMO SE ORIGINOU

Saviani (2006) evidencia que nas sociedades primitivas a educação igualava-se com a própria vida, era uma ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvida pelo homem. Com efeito, a educação era exercida pelo meio ambiente, pelas relações e ações desenvolvidas pela comunidade com a participação direta das novas gerações, as quais, por essa forma, acabavam por se educar. Os adultos educavam os mais jovens, de forma indireta, por meio de uma vigilância discreta, protegendo e orientando as crianças pelo exemplo e, eventualmente, por palavras; em suma, supervisionando-as, já que, “a supervisão deve aparecer aos olhos dos alunos como uma simples ajuda às suas fraquezas” (FOULQUIÉ apud SAVIANI, 2006, p. 15).

Ainda segundo Saviani (2006) as atividades educativas em nosso país dá-se com a vinda dos jesuítas em 1549. No Plano de Ensino elaborado pelo padre Manuel da Nóbrega está presente a função supervisora, mas não se manifesta ainda a ideia de supervisão. Entretanto, no Plano Geral dos jesuítas, o Ratio Studiorum, que é adotado no Brasil após a morte de Nóbrega, em 1570, já se faz presente à ideia de supervisão.

Conforme Santos (2007) quase dois séculos depois do Ratio Studiorum, ainda durante o Iluminismo, a educação passou a ser responsabilidade do Estado. A Igreja perdeu sua função prioritária na educação e com isso foram extintas as escolas jesuítas (e também a descrição mais específica do supervisor de ensino). Ao Estado coube a responsabilidade de cuidar da educação escolar. Segundo Saviani (2006), somente com a lei de 15 de outubro de 1827 que o Brasil independente inaugura a questão da organização autônoma da instrução pública. O Art. 5º da lei determinava que os estudos se realizassem de acordo com o “Método do Ensino Mútuo”.

1) a organização administrativa e pedagógica do sistema como um todo, o que implicava a criação de órgãos centrais e intermediários de formulação das diretrizes e normas pedagógicas bem como de inspeção, controle e coordenação das atividades educativas; 2) a organização das escolas na forma de grupos escolares, superando, por esse meio, a fase das cadeiras e classes isoladas, o que implicava a



dosagem e graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais e trabalhados por um corpo relativamente amplo de professores que se encarregavam do ensino de grande número de alunos, emergindo, assim, a questão da coordenação pedagógica no âmbito das unidades escolares (SAVIANI, 2006, p. 24).

Na década de 20 surgem os “profissionais da educação, que com formação técnica constituíram uma nova categoria profissional” (SANTOS, 2007, p. 113). A determinação era ter uma maneira diferenciada para tratar os assuntos educacionais, “acabando com o equívoco de tratá-los indistintamente dos assuntos administrativos. Essa separação é condição para o surgimento da figura do supervisor como distinta do reitor e também do inspetor” (SANTOS, 2007, p. 113).

Art. 64 – A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Neste sentido, percebemos a importância da formação dos profissionais para o contexto da supervisão escolar e suas diretrizes.

ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS

Vasconcelos (2002) define o supervisor como o articulador do Projeto Político-Pedagógico da instituição no campo pedagógico, estabelecendo contatos entre os campos administrativos e comunitários. Tem a função de organizar a reflexão, a participação e os meios de concretizar a tarefa da escola, a qual é propiciar que todos os alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos.

De acordo com Rangel (1985), a supervisão passa de escolar para pedagógica e se caracteriza por “um trabalho de assistência ao professor, em forma de planejamento, acompanhamento, coordenação, controle, avaliação e atualização do desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem”. Em outras palavras:

“Supervisor” o que procura a “visão sobre”, no interesse da função coordenadora e articuladora de ações é também quem estimula oportunidades de discussão coletiva, crítica e contextualizada do trabalho. Esta discussão, na América Latina, se faz especialmente



necessária, considerando a importância do movimento de emancipação social. E o “especialista” supervisor, como educador e profissional, tem o seu papel estritamente vinculado e comprometido com este movimento (RANGEL, 1997, p. 147, grifos da autora).

Nesse sentido, a supervisão entrou na escola com o intuito de controlar a ação do professor, mesmo sendo através de um ponto administrativo. Após 1960 e até o presente momento, pode-se dizer que a supervisão “tem incorporado as três últimas preocupações (eficiência, cooperação e pesquisa), acrescidas de desenvolvimento profissional, visando a tornar o professor consciente da sua missão, bem como livre e criativo, em direção ao crescimento profissional” (NÉRICI, 1976, p. 31).

Ainda para Rangel (1985) é bastante recente a experiência brasileira de supervisão escolar, desenvolvida como atividade profissional com características próprias e desempenhada por especialistas treinados para isto.

A função supervisora deu-se no vigiar, no orientar, na responsabilidade sobre o currículo, sobre a avaliação, nos métodos, no estudo das teorias, nos meios de ensino, nas questões políticas, na definição do papel da escola, ora fiscalizando e ora promovendo a ampliação da competência pedagógica através de orientações. É fato que a Supervisão educacional foi se constituindo pouco a pouco, de acordo com as demandas do momento, mas ao que parece reuniu atribuições suficientes para ter se tornado um indispensável elo entre o ensinar e o aprender, entre a escola e a realidade que atende entre quem ensina e a forma de ensinar (SANTOS, 2007, p. 115).

Segundo Ferreira (2001):

A “especialização desespecializada” levou a que esses profissionais, “perdidos” na busca de sua identidade e “sérios” no trato dos problemas educacionais, fossem desconsiderados e desrespeitados. Os supervisores passaram a ser chamados de “pessoal de apoio”, “personagens escolares”, “parceiros” e tantas outras nomenclaturas que desqualificam na intenção de identificar algo que não está bem identificado, não traduzindo o relevante trabalho da supervisão (FERREIRA, 2001, p. 91, grifos da autora).

É neste contexto que o curso de pedagogia ganhou corpo e tese de que deveria, sobre a base de uma boa fundamentação teórica voltada para os fundamentos da educação, formar o profissional da educação capaz de exercer as diferentes atribuições solicitadas pelos sistemas de ensino e unidades escolares.



Rodrigues (2009), diz que a supervisão é uma habilitação nova na área da educação, que precisa de definições mais precisas e normas mais convenientes, que durante muito tempo foi visto como um controlador e por isto agora sente necessidade de interagir e participar mais ativamente do cotidiano da escola. Um bom supervisor escolar deve servir de referência frente ao seu grupo de trabalho, frente a todos os envolvidos no dia a dia da escola. Este profissional tem que ser: observador, dinâmico, inteligente, eficiente, criativo, produtivo, provocador, acessível, capaz, interessado, seguro de seus atos, atencioso com todos, ter muita paciência e muito senso de justiça (DIAS, 2007).

COMO OS SUPERVISORES LIDAM COM O SISTEMA ESCOLAR?

A prática pedagógica da Supervisão Escolar e da Orientação Educacional como um trabalho integrado é uma proposta que surge ocupando o lugar de uma postura tradicional, de um trabalho totalmente técnico – e, em uma determinada época, alienante - que passou por vários períodos de transformação, desde o surgimento das ações destes profissionais no processo de educação formal.

A esse respeito Fontes & Viana (In Presença Pedagógica, 2003, p.55), acrescenta que:

Pensar o papel e a prática de supervisores e orientadores educacionais na escola é pensar antes de tudo em seu surgimento na história da educação em nosso país. [...] foram funções pedagógicas criadas durante o regime de ditadura militar no Brasil [...] um sistema que tinha como ideologia a opressão; como método o silêncio, por objetivo, a alienação.

Mas, segundo Urbanetz & Silva (p.61), “a fragmentação do trabalho [...] em supervisão escolar e orientação educacional, característica do período tecnicista, foi intensamente denunciada em inúmeros estudos, artigos, pesquisas [...] e encontra-se em plena superação nas diferentes alternativas de ensino.”

Hoje, a função da Supervisão Escolar e da Orientação Educacional precisa ter o mesmo discurso e a mesma ação, de maneira que o seu trabalho



dê sentido ao conhecimento do aluno, inserindo-o na realidade e tornando-o crítico, criativo e cidadão. Sendo assim, Urbanetz & Silva (p.59) ressalta ainda que “um dos maiores desafios que esses profissionais hoje enfrentam é compreender a complexidade da realidade, em suas múltiplas determinações, para então agir de forma consciente de seus limites, mas também de suas possibilidades”.

Conforme Grispun, (2002, p.83):

[...] A escola é uma organização complexa; comporta vários serviços, executados por diferentes profissionais, cuja atribuição maior é a efetividade do processo educacional. Nesse sentido, devemos lembrar que, da mesma forma que a escola assume seu projeto político pedagógico, ela pertence a uma instituição maior, denominada educação, que, por sua vez, pertence à sociedade. Assim sendo, a análise da escola não pode ser feita isoladamente das demais categorias que a corporificam direta e indiretamente na consecução de seus objetivos.

O supervisor escolar e o orientador educacional são sujeitos de uma ação, dentro de um espaço em transformação e transformador – a escola. Precisam ser competentes em muitos aspectos, como: técnico, político, administrativo e pedagógico.

De acordo com Heloísa Lück (2009), a motivação é um fator essencial haja vista o impacto desse elemento no desempenho geral da escola. Um corpo docente desmotivado pode contribuir para um trabalho desinteressado e desinteressante, além de divergir dos objetivos da escola. Por essa razão, o gestor escolar precisa, na rotina escolar, fortalecer o espírito de equipe, de modo que os profissionais se sintam autores e autoridades em seu ambiente de trabalho. Então, o supervisor escolar e o orientador educacional, se considerados como parte integrada desta equipe, participa mais ativamente e colaborativamente desta ação gestora.

O PAPEL DA SUPERVISÃO COMO COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

De acordo com Ferreira (2003, p. 179) ainda é papel do coordenador pedagógico escolar:



Conhecer a legislação, seus limites e brechas, otimizando seu uso em proveito da escola e dos objetivos educacionais, preocupando-se sempre com a renovação da escola e das práticas pedagógicas, criando laços com a comunidade; estimular o desenvolvimento de experiências e seu compartilhamento com o grupo; atentar para as dificuldades apresentadas pelos professores, criando mecanismos que permitam a consulta e a discussão do assunto; subsidiar os docentes com informações e conhecimentos atuais sobre temas complexos, de forma direta ou indireta, orientando leitura, dando referências ou propiciando encontros com especialistas na área.

Destaca Ferreira (2003) que para desenvolver um bom trabalho o coordenador escolar precisa ser um constante pesquisador, é necessário que ele antecipe conhecimento para os professores para que estes fiquem motivados a participarem da formação continuada. Pois é de fundamental importância fazer intervenções, sustentabilizando estratégias de trabalho, transformando ideias em ações concretas, para transformar a própria consciência, envolvendo reflexão e emoção, com determinadas condições objetivas.

Dentro das categorias de sustentação o diálogo franco e aberto tendo como referência o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), a coordenação pedagógica precisa preocupar-se em legitimar as falas, as perguntas, as dúvidas incentivando os professores. A coordenação tem um papel muito importante na direção de resgatar o valor e o sentido do ensino como espaço de transformação (FERREIRA, 2003, p. 63)

O papel do coordenador pedagógico escolar constitui-se na somatória de esforços e ações desencadeadas com o sentido de contribuir na construção e cumprimento do projeto político pedagógico da escola, bem como promover a melhoria no processo ensino aprendizagem no resgate de valores no desempenho do professor como transformador das práticas pedagógicas (LÜCK, 2011).

Ainda Lück (2011, p. 43) enfatiza o papel do coordenador como “facilitador de ações, isto é, de assistir os atuantes no processo educativo na organização e análise de sua tarefa; na determinação de procedimentos; na divisão e tomada de responsabilidade [...]”.

Na escola, um dos principais papéis da coordenação pedagógica é a realização de encontros de pais e professores e quando isso é bem planejado



e administrado, pode ocorrer à interação escola e comunidade, podendo também incluir nesta oportunidade os amigos da escola, para dar um suporte ao ensino aprendizagem. Assim a coordenação pedagógica atuará também no processo de formação continuada dos professores segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), (BRASIL, 1997).

A qualificação do pessoal docente se apresenta como um dos maiores desafios educacionais. A melhoria da qualidade de ensino, indispensável para assegurar à população brasileira o acesso pleno a cidadania e a inserção para atividades produtivas que permita elevação constante do nível de vida, constitui um compromisso da nação (BRASIL, 1997, p. 29).

A coordenação pedagógica precisa ser bem preparada e atualizada, dinâmica e preocupada com o destino do aluno, isso é responsabilidade da escola para com a comunidade, encarando seu trabalho como um assessoramento ao professor e a equipe escolar, envolvendo participação direta da construção coletiva da libertação humana e da escola, quando esta reconhece o seu papel como ator social e exerce a sua função política com consciência e comprometimento (BRASIL, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, o saldo deste estudo possibilitou primeiramente a associação de princípios que se complementam, ou seja, a contextualização, que amplia o significado da pesquisa e a importância de que esse tema se reverta em objetivos e projetos comuns para a integração do trabalho do pedagogo, diante das perspectivas da gestão democrática.

A contextualização permitiu novas possibilidades, fez perceber que em clima de transição, tanto à identidade do pedagogo e sua formação, quanto a busca pela qualidade na educação é problematizada de forma intermitente por seus profissionais compromissados que almejam um novo horizonte.

Neste sentido, tanto o envolvimento das pessoas de forma significativa quanto à integração do grupo profissional pode contribuir para a definição dos esquemas de trabalho. A “motivação” pode vir a ser um dos sentimentos que fortalece e integra as pessoas e as ações a serem realizadas pela comunidade



escolar. Suas especificidades, identificação e realização de elos articuladores, podem integrar as diversas práticas que permeiam os novos compromissos sociais e pedagógicos suscitados pela atual prática educativa.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Naura Syria Carpeto. **Supervisão Educacional: Novas Exigências, Novos Conceitos, Novos Significados.** IN: Mary Rangel (Org.). *Supervisão pedagógica: Princípios e práticas*. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

RODRIGUES, Sonia Mara Costa. **A “super” visão: Quebrando conceitos e preconceitos através dos tempos.** Disponível em: <<http://www.urcamp.tche.br/redepp/monografias%20para%20site/MONOGRAFIA%20HIST%D3RIA%20DA%20SUPERVIS%C3O%20S%F4nia%20Costa..pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

RANGEL, Mary. **Supervisão Pedagógica: um modelo.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

RANGEL, Mary. **Supervisão: do sonho à ação – uma prática em transformação.** IN: FERREIRA, Naura Syria Carpeto (Org.). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Sandra. **Supervisão, que lugar é esse?** La Salle: revista de educação, ciência e cultura. Centro Universitário La Salle. v. 1, n. 1 (outubro/1996). Canoas: La Salle, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função a profissão pela mediação da ideia.** In: FERREIRA, Naura Syria Carpeto (org.). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político - pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2002.

NÉRICI, Imídeo Guiseppe. **Introdução à supervisão escolar.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

GRISPUN, Miriam P. S. Zippin. **A Orientação Educacional.** Conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜCK, Heloísa. *Dimensões da gestão escolar e suas competências.* Curitiba: Positivo, 2009.

RANGEL, Mary. **SUPERVISÃO: do sonho à ação – uma prática em transformação.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade.* Cortez. Cap. 3, p. 69 – 96.



URBANETZ, Sandra Terezinha; SILVA, Simone Zampier. **A busca da Unidade: Pedagogo.** In: _____. Orientação e Supervisão Escolar: caminhos e perspectivas. Editora IBPEX. Cap 3, p. 53 – 62.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**, (LBD). Lei de n. 9.394, -2. ed. Brasília: Atual, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, V.1. 1997

FERREIRA, Naura Silva C. (Coord.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade:** da formação à ação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da sua escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 18 ed. Loyola: São Paulo. 2002.

LÜCK, Heloísa. **Ação integrada:** administração, supervisão e orientação educacional. 28 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

TCC: O supervisor escolar e suas funções no contexto escolar, Pós Graduação em Supervisão Escolar, Faculdade Intervale, 2021.